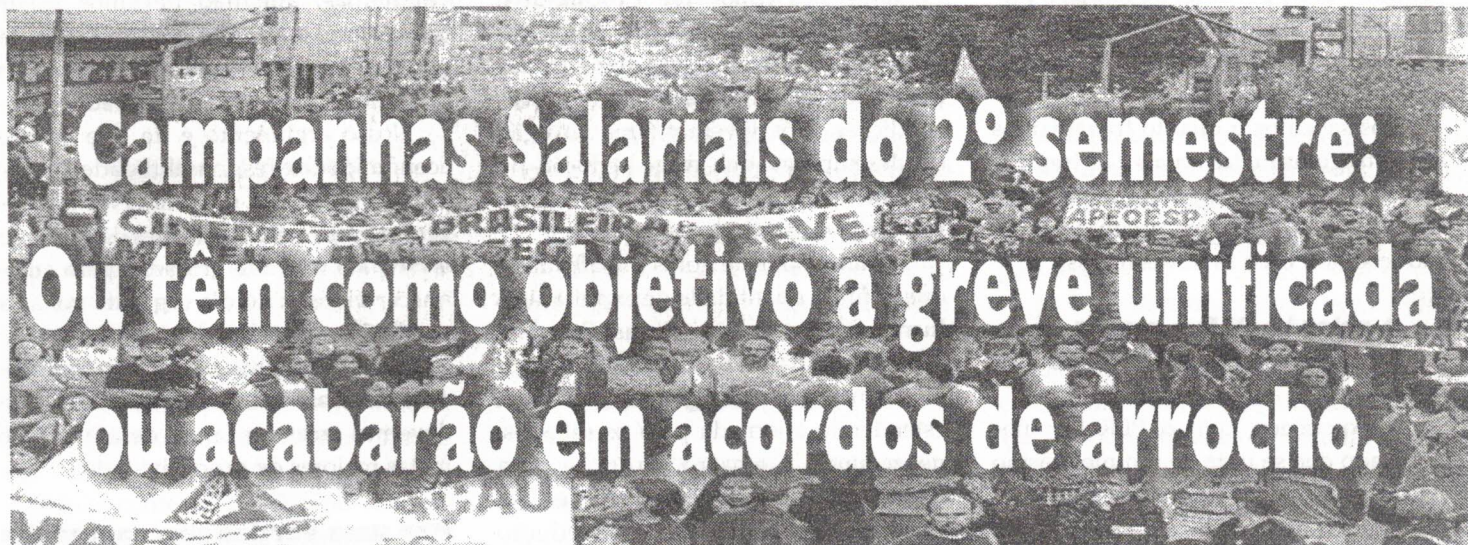


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 222 - DE 02 A 16 DE SETEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00



**Campanhas Salariais do 2º semestre:
Ou têm como objetivo a greve unificada
ou acabarão em acordos de arrocho.**

GREVE DO JUDICIÁRIO-SP:

Rejeitar o projeto do Tribunal!

Defender os 54% e as reivindicações!

Tomar as ruas e protestar!

Unificar com todo o funcionalismo!

**Chamar a luta geral pela
derrubada do plano de FHC/FMI!**

Por um sindicato único do Judiciário!

**Congresso da Apeoesp: Em defesa do programa proletário
Fora com a política conciliadora da burocracia dirigente!**

A farsa da Conferência “contra” o Racismo

Não aceitamos reduzir o PLR e aumentar as metas

A proposta patronal, o PLR de 2.600,00 reais, claramente nos prejudica. O seu objetivo é de aumentar a exploração e com isso o lucro. Tanto é que a Volkswagen quer apertar as metas de produtividade partindo de um piso menor do PLR. Exige que a taxa de absentismo passe de 4,2 para 3,8 e que a Audit de qualidade vá de 2,0 a 1,6.

Nós sabemos o quanto trabalhamos para atingir as metas atuais e as tremendas dificuldades para atingir metas mais elevadas. Não podemos, assim, aceitar a redução do PLR e as novas metas.

A relação PLR e metas só favorece a lucratividade

A experiência com o PLR tem nos mostrado que se trata de um mecanismo não para aumentar os salários, mas para aumentar a lucratividade da empresa. O vínculo entre PLR é uma corda em nossos pescoços, que as mãos dos patrões apertam constantemente. Não existe de fato participação nos lucros e resultados. Os 2.600,00 são parte de nosso salário mingauado, que a empresa destaca com o nome de PLR para aumentar a exploração.

Devemos defender que o PLR se incorpore no salário e seja desvinculado de metas.

A Volkswagen está preparando o pior para nós

Estamos entrando em uma nova situação de turbulência. Há superprodução mundial de carros. E a recessão se aproxima de todos os países. As multinacionais divulgam suas metas de cortes e demissão em massa. Trata-se de uma crise mais profunda do sistema capitalista de produção, que funciona à base da fome e miséria da maioria trabalhadora. O resultado é mais destruição de postos de trabalho e mais desemprego, caso nós operários não reagirmos com mobilização coletiva (greves, manifestações etc).

A Volks esta preparando o caminho das demissões. É preciso que nós preparemos o caminho da defesa do emprego a qualquer custo, não aceitando bancos de hora, demissões voluntárias e outras

armadilhas.

O PQ 24 mostra o objetivo da exploração

Todos nós vimos que a escala de 6 dias por semana pretendida pelos patrões para produzir o PQ significa aumento da jornada de trabalho e piora das condições. Nós vivemos uma situação de desemprego que exige redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários e não de aumento da jornada.

A quantidade de horas trabalhadas é que define a quantidade de exploração e lucratividade dos capitalistas. Essa história de que para produzir o PQ é preciso aumentar o tempo de trabalho, estendendo a jornada para os sábados, no segundo e terceiro turnos, é para apertar ainda mais os trabalhadores.

Ao contrário, defendemos a redução da jornada sem reduzir os salários.

A terceirização reduz salário e golpeia o movimento operário

A meta de terceirizar setores como Fundação da 18, KTL da 13, Ala 21, lateral interna do AB9 e Logística vem uma vez no sentido de esmagar os salários e golpear o movimento operário, dividindo-nos entre os internos e externos. Aumenta o poder patronal de demissão, de rebaixamento dos salários e de repressão trabalhista.

Nossa luta é por: 1) nenhuma terceirização; 2) fim das terceirizações já existentes.

Como responder ao argumento patronal da crise

Sabemos decor e salteado que a Volks usa o mesmo argumento da crise econômica para impor salários baixos, demissões, aumento de jornada, metas altíssimas, terceirização etc. Quantos companheiros metalúrgicos estão desempregados pelas mesmas razões? Quantos postos de trabalho foram destruídos? No entanto, a crise volta sempre e novamente se converte em mais fechamento de

postos e desemprego. E os patrões usam meios para explorar mais.

Aqueles que são operários e defendem que devemos colaborar com as metas, que devemos aceitar as demissões voluntárias, que não devemos exigir mais salário e que não devemos usar da greve só fazem prejudicar o movimento operário e favorecer os exploradores.

Nosso argumento é de que a crise econômica é de responsabilidade dos capitalistas e de seu governo. Nós não fazemos outra coisa senão lhes dar lucros e levar para casa uns trocados para amanhacer vivos, e no dia seguinte voltar a produzir montanhas de riqueza.

Chega, portanto, de aceitar que somos responsáveis pela crise e por isso devemos arcar com mais desemprego e metas maiores de produtividade.

Por uma verdadeira campanha salarial unificada

No ano passado, fracassou a unificação da campanha unificada da CUT e Força Sindical. E por quê? Porque não houve unificação pela base. Houve apenas um acordo da cúpula dirigente, sem nenhum compromisso de unificar os metalúrgicos em assembleias comuns, em comandos únicos de base e organização conjunta de greve.

A burocracia dirigente entende por unificação apenas negociação conjunta com os patrões. Na primeira investida dos patrões contra a pauta, os nossos negociadores se dividem, cedem e se acusam mutuamente, enquanto que os operários permanecem desorganizados e divididos pelos sindicatos burocratizados.

É hora das bases exigirem assembleias conjuntas, comitês unitários, greve geral de todos trabalhadores em campanha salarial e democracia sindical. Só assim enfrentaremos o rebaixamento salarial e a nova onda de desemprego que vem pela frente.

Contra as demissões e o desemprego: defender redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; escala móvel das horas de trabalho.

Contra a exploração e pobreza dos operários: aumento dos salários, salário mínimo real; escala móvel de reajuste

Recessão exige resposta revolucionária contra barbárie

Os últimos dados da economia norte-americana indicam crescimento de apenas 0,7%, formalizando a estagnação. No ritmo atual, estamos no limiar de uma recessão, não apenas ianque, mas mundial. A Europa segue há anos sem apresentar crescimento significativo. O Japão já tem mais de uma década de recessão. Os chamados países "emergentes", na verdade atrasados e semicoloniais, estão caminhando para a situação atual da Argentina. Todos os sintomas apontam para a recessão e as medidas dos capitalistas concentram esforços no descarregar a crise sobre as massas trabalhadoras. Ou as massas resistem com a luta direta e derrotam a classe capitalista caduca ou serão esmagadas. A alternativa "revolução ou barbárie" está acontecendo.

A redução da economia ianque já está na casa dos 300 bilhões de dólares, ou metade de tudo o que o Brasil produz num ano. O encolhimento da economia norte-americana arrastará o mundo: 6% de tudo o que se produz nos outros países do mundo é importado pela população ianque.

Os efeitos recessivos têm sido sentidos na América Latina desde a última década: o crescimento do PIB per capita

foi de mero 1,4% nos últimos dez anos. Sua dívida saltou, de 1990 a 1999, de 435 bilhões de dólares para mais de 756 bilhões, portanto os juros e serviços cresceram nessa mesma proporção. O desemprego saltou em 50% a 100%, de acordo com o país. O crescimento econômico deve ser reduzido nos principais países do ano passado para cá: Argentina cairá 1,4% ou mais (já caiu 0,5% em 2000); Brasil crescerá menos de 2% (cresceu 4,5% em 2000); Chile crescerá menos de 3% (cresceu 5% em 2000); México ficará ao redor de 2% (cresceu 7% em 2000) (Fonte: Cepal).

O caso mais grave é o da Argentina, que há dez anos tinha 9% da população vivendo com 2 dólares diários e hoje tem 40% da população nessa faixa, que a burguesia chama de miséria absoluta. O recente acordo com o FMI diz que o governo se compromete a estrangular a economia, os serviços sociais, os trabalhadores e o funcionalismo a fim de garantir o pagamento dos credores internacionais.

No caso do Brasil, a inflação retorna, combinando-se com a recessão e desemprego. A desvalorização do Real frente ao dólar acelera as pressões sobre os preços, desgastando os salários. A desaceleração da economia já produziu dezenas

de milhares de demissões. Há uma expectativa de demissão de cerca de 10% da força de trabalho dos setores de ponta da economia.

É por tudo isso que é extremamente grave a posição do reformismo petista, que se propõe a administrar melhor a crise capitalista que os partidos governistas. A situação atual não permite nenhuma margem de manobra na ótica capitalista. Ou as massas saem às ruas e derrotam a burguesia com a ação revolucionária ou serão esmagadas. O chamado a que votem e aguardem por um governo que resolva os problemas conciliando com a burguesia levará a mais opressão nacional e social.

A desintegração do capitalismo expõe a necessidade de revolucionar o modo de produção, a fim de permitir, em primeiro lugar, a sobrevivência de grande parte da humanidade, ameaçada pela fome, doenças, miséria e guerras; em segundo lugar, de criar condições para um amplo desenvolvimento das forças produtivas, de aplicação em larga escala da tecnologia desenvolvida, do planejamento da produção em harmonia com o meio ambiente, do desenvolvimento pleno do ser humano pela unidade entre a teoria e a prática produtiva.

Grito dos excluídos é a reza do pacifismo

A burocracia sindical chama os trabalhadores a participarem do "grito dos excluídos". Sob a bandeira do reformismo igrejeiro - "Defender o Brasil contra os corruptos é um ato de patriotismo e cidadania" -, pretende aproveitar a "data cívica" para manifestações pacíficas em todo o país.

O ato de "patriotismo e cidadania" indica o caráter dessas manifestações. As denúncias contra a corrupção (ACM, Arruda, Jader Barbalho, Maluf etc.), a crise energética, o sucateamento dos serviços públicos e o desemprego são canalizados para a estratégia de "construção de um Brasil mais justo e solidário". Este seria alcançado pela substituição desse governo "ineficiente" por um novo, capaz de "incluir os excluídos". Aí está a

fórmula do reformismo: substituição de FHC por Lula.

A cartilha do PT para a crise econômica, corrupção e os planos de fome do governo reza pela eleição de Lula em 2002. O que esconde é que o programa do PT é a continuidade da fome e a miséria. Pretende pagar os banqueiros, FMI, não tocar nas empresas já privatizadas e manter a essência do plano neoliberal: arrocho salarial a desemprego. O Brasil mais "justo e cidadão" do PT nada tem a ver com as reais necessidades das massas empobrecidas.

Que a CUT e os sindicatos convoquem manifestações em todo o país

Chega de arrastar os trabalhadores por detrás do reformismo e da Igreja!

Organizar as mobilizações de enfrentamento à política antinacional e antipopular do governo"

Exigir o atendimento das reivindicações elementares: salário mínimo de R\$2.000,00; escala móvel de reajuste e de trabalho; emprego a todos, saúde, previdência e educação inteiramente gratuitas; tribunais populares para punir os corruptos: nenhum imposto aos explorados e que os capitalistas e seu governo arquem com a crise. Combinar essas reivindicações com as de caráter

antiimperialista como: não pagamento das dívidas interna e externa; reestatização de todas as empresas já privatizadas, sob o controle operário; fim do

intervencionismo imperialista no país etc.

Rechaçar o eleitoralismo a aprovar o método da ação direta. Organizar as-

sembléias, plenárias, comitês de bairro em defesa da mobilização das massas contra o governo corrupto e pró-imperialista.

Campanha salarial unificada?

As duas centrais sindicais falam em campanha salarial unificada no mês de setembro. Mas cada uma com seus sindicatos.

A Força Sindical fará uma manifestação no dia 3 e uma assembléia no dia 22 de setembro. Para atrair os operários usa a mesma tática do 1 de maio, o sorteio de carros. As reivindicações são de um piso salarial de R\$500,00, 15% de reajuste, redução da jornada de trabalho para 40 horas e “participação nos lucros”.

A CUT fez um ato no dia 29 para entregar as reivindicações ao Sindipeças. No dia seguinte, realizou uma parada de 2 horas no setor metalúrgico do ABC. Os bancários farão manifestação e exigem 21,12%, auxílio-educação na forma da bolsa de estudo, e a tal participação nos lucros.

A unidade entre a CUT e Força Sindical em torno do pagamento da correção do FGTS nos Planos Verão e Collor e redução da jornada de trabalho desmoronou em poucos meses. Os burocratas nada fizeram para de fato existir uma campanha unificada. Cada Central tratou de negociar com seus patrões a redução da jornada e trabalho. O acordo da CUT com a Metal Leve pressupõe a criação de 80 vagas, isso dentro da possibilidade de tudo correr bem para os patrões. Por sua vez, a Força Sindical também correu atrás dos patrões para pegar alguma migalha. Na verdade, essa união das duas Centrais - uma abertamente pró-imperialista e outra reformista - paralisou a classe operária no primeiro semestre. Isso em um período em que várias categorias estavam em greve ou com disposição de greve, a exemplo dos metroviários (SP), do setor da educação em vários Estados e a quase generalização do movimento grevista da polícia. O governo impôs as formas de pagamento da correção do FGTS sem nenhuma resistência das Centrais. A separação das burocracias sindicais se deu unicamente em função de seus interesses e não em relação ao movimento.

Agora, na campanha salarial do segundo semestre, as Centrais comparecerem divididas. A pauta de reivindicação é praticamente a mesma. A tática é da limitada pressão para conseguir alguns acordos por empresa. Nisso também não há diferença. Trata-se da divisão da burocracia.

Tudo indica que a campanha unificada da CUT não passará de manifestações e de algumas horas de paralisação por empresa. A conversa mole do presidente da CUT de que “vamos endurecer” caso haja descaço dos patrões já é velha. É evidente que os patrões não vão ceder nada. O fato de exigir pouco de reajuste e um piso de fome não significa que os capitalistas poderão atender. Estes farão de tudo para continuar descarregando o peso da crise econômica sobre os trabalhadores. Para a burocracia da CUT é fundamental conseguir algum acordo, nem que for de parte de um setor, sem que haja necessidade de recorrer a greve.

Se houvesse disposição de se organizar uma campanha salarial unificada o caminho teria de ser outro. 1) iniciaria com as assembléias para aprovação da pauta de reivindicação e os métodos de luta; 2) preparação das fábricas para a greve; 3) formação dos comitês de bairro em apoio ao movimento; 4) organização da assembléia geral de todos os setores em luta; 5) aprovação do método da ação direta como a via para enfrentar os exploradores e o governo. A burocracia levanta a bandeira de campanha unificada, mas não passa de propaganda enganosa da cúpula burocrática, que impede os sindicatos de aplicarem a tática da frente única sindical.

A importância da campanha salarial unificada

A CUT e Força Sindical levantam a bandeira de campanha unificada já em setembro. Somados, são três milhões e quatrocentos mil operários. Entretanto, CUT e Força comparecem divididas. A justificativa da burocracia sindical dirigente é que, na campanha passada, a unificação foi rompida. O fato é que a tal da unificação não passou de um acordo de cúpula, em torno de alguns pontos da pauta de reivindicação. Os operários continuaram divididos pelas respectivas centrais. A Força Sindical, assim que recebeu uma proposta de quirela dos capitalistas, rompeu o acordo de cúpula.

A experiência mostrou que unificar pauta, por si só e realizada por acordo burocrático, não significa unidade de campanha. Pelo contrário, trata-se de uma manobra contra os trabalhadores. Agora, essa mesma manobra é acionada em favor da divisão, com o argumento de que não se pode ter confiança uns nos outros.

A burocracia se caracteriza, como fenômeno político e social, por impedir a aplicação da frente única sindical, que unifica das bases à cúpula dirigente contra a frente única patronal, que via de regra comparece totalmente coesa. A unidade, assim, potencializa o proletariado como força social responsável pela produção e que por isso tem o método da ação direta (greve, piquetes, manifestações) como principal instrumento de enfrentamento à exploração, ao desemprego, à miséria e à crise capitalista.

Sem a organização coletiva e a ação direta não há unidade dos trabalhadores - vence o patrão unificado e protegido pelo Estado (polícia, justiça, lei antigreve), imprensa etc. Os métodos pelegos-burocráticos funcionam justamente em favor da divisão das bases. A burocracia sindical acaba sendo um apêndice do Estado.

Nas condições de crise histórica do capitalismo, que se manifesta com particularidades na forma de crises conjunturais, a defesa das reivindicações mais elementares como salário e emprego coloca o proletariado em choque direto contra a classe capitalista e seu Estado, sua democracia etc. Está aí por que a burocracia - mesmo a que pousa de esquerda, reformista - nega-se a unificar as massas até mesmo pelas necessidades mais elementares.

Mas os trabalhadores precisam da coesão de classe explorada e os fatores da crise amadurecem as condições sociais e políticas para romper o burocratismo do aparelho sindical. Aqueles que defendem sinceramente a campanha unificada trabalham pelas assembléias, comitês de base, manifestações, pauta e greve unificados do começo ao fim. A frente única sindical implica na mais ampla democracia operária.

Fora o acordo militar com o imperialismo norte-americano

A Base de Alcântara, no Maranhão, servirá para os Estados Unidos montarem um centro de lançamento de foguetes. O governo brasileiro argumenta que o acordo é bom para o país porque renderá de 40 milhões de dólares por ano e permitirá acesso tecnológico. Assim, será permitido que o imperialismo reforce sua posição militar no mundo.

Não há dinheiro que valha o fortalecimento bélico das potências que exploram o mundo e provocam as catástrofes militares, e ainda por cima 40 milhões significa se vender por bagatela. Quanto

à transferência tecnológica e cooperação científica não passa de invenção do governo serviçal.

Diz-se que a permissão para os militares norte-americanos não viola a soberania nacional. Para os vendilhões e entreguistas não se viola a soberania porque para eles ela pouco importa, sequer existe como problema.

Uma das cláusulas do acordo prevê que os contêineres entrarão lacrados e só os norte-americanos poderão abri-los. Isso significa que, por 40 milhões de dólares, o governo faculta aos Estados Unidos terem soberania sobre a entrada e

saída de materiais bélicos e estabelecem uma base soberana dentro do território nacional.

Esse acordo expressa o quanto a burguesia semicolonial e seu Estado estão submissos ao imperialismo, são antinacionais e incapazes de defender minimamente o Brasil diante das potências.

A classe operária tem diante de si a tarefa de pôr em pé um movimento revolucionário antiimperialista, que varra o governo entreguista e a burguesia venal. Fora o acordo militar com o imperialismo!

Judiciário de São Paulo decreta greve por tempo indeterminado

A greve dos judiciários paulista decretada em 27/08 já contou, em seu primeiro dia, com uma adesão de 80%. No interior de São Paulo, a grande parte das Comarcas e Varas Distritais estão completamente fechadas. Na capital, os principais prédios aderiram parcial ou totalmente. O João Mendes, principal prédio da categoria (5000 funcionários), conta com uma adesão de 70%. O Foro Criminal da Barra Funda 95%. Nos prédios das Execuções fiscais o índice é de 50%. Os Tribunais de Alçada Criminal (Tacrím) e Civil (2º TAC) estão completamente parados. Nos Foros Regionais os trabalhadores aderem total ou parcialmente. Em resumo, a greve espalha-se a ganha a adesão dos trabalhadores.

Por que a greve?

Há sete anos sem reposição salarial, os trabalhadores judiciários acumulam perdas salariais que em média totalizam 54,31%. Além desta reivindicação, exigem o aumento dos auxílios condução e alimentação, extensão do convênio-creche escola para o interior, aumento dos auxílios alimentação e condução, etc. Trata-se da reação dos trabalhadores empobrecidos aos sucessivos ataques dos governos. A mínima reivindicação defendida, distante ainda das bandeiras

como salário mínimo real de R\$ 2.000,00; escala móvel de trabalho e de horas de trabalho; contratações imediatas com abertura de concursos etc., não pôde ser atendida pelo governo do Estado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos orçamentários do Tribunal de Justiça com a folha de pagamento, tem provocado um verdadeiro colapso no andamento dos serviços. Não há contratação de novos servidores ficando vagos os cargos dos que se aposentam ou pedem exoneração. O resultado é a superexploração, em que cada trabalhador acaba fazendo o trabalho de mais dois ou três. O governo e o Tribunal de Justiça aplicam à risca a diretriz neoliberal para os serviços públicos, ou seja, a política de corte de verbas para salários e contratações. Trata-se do enxugamento da máquina do Estado, ao custo do aumento da miséria e da exploração dos trabalhadores.

Rechazar O projeto do tribunal de justiça é recusar a via de aplicação da reforma administrativa no Judiciário

Em lugar do atendimento das reivindicações, o Tribunal de Justiça acena com o plano de cargos e salários. Entre suas principais medidas está a regula-

mentação dos remanejamentos, já aplicados, pela cúpula da magistratura. Trata-se de dividir a força de trabalho de acordo com a necessidade dos serviços. Não contratações, estabelecimento de escalas de servidores mais e menos remunerados, criação de cargos em comissões por critérios não baseados em concursos públicos, fim de conquistas trabalhistas como as gratificações (principalmente a gratificação judiciária), etc. Abre-se assim o caminho para as futuras demissões. A lógica é adaptar o orçamento do Tribunal de Justiça aos limites orçamentários impostos pelos Governos. Nesse sentido, a tentativa de "emendar" o projeto através da pressão aos deputados da Assembléia Legislativa não passa de distracionismo. Qualquer ilusão que se tenha no projeto impossibilita a luta conseqüente contra a aplicação da reforma administrativa. Ou rechaçamos o projeto ou ficaremos submetidos a ele, desarmados para combatê-lo.

Separar a reivindicação dos trabalhadores da dos magistrados

a magistratura tenta usar a pressão do movimento grevista como elemento de barganha para negociação de seus in-

teresses junto ao governo do Estado. A votação do pleno dos desembargadores determina a abertura de negociações diretas e imediatas com o governado do Estado. Entretanto, as reivindicações que serão negociadas, na grande maioria, pertencem aos magistrados. É o pagamento das férias atrasadas, FAM e licenças-prêmio, além de outras mordomias. A magistratura exige do Estado e dos capitalistas a manutenção de suas mordomias, e isto como condição para a aplicação da reforma administrativa. Não é por acaso que a mesma votação deixa claro que o que será pedido serão os benefícios anteriores à promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que os desembargadores comprometem-se em aplicar. Não podemos nos confundir com nossos algozes. Se não conseguirmos impor nossas reivindicações, a magistratura virá num segundo momento mais coesa para nos apunhalar e aplicar a reforma. Se conseguirmos impor nossas reivindicações, sairemos fortalecidos para depois combater a sua aplicação.

Unificar os trabalhadores na luta

Contra a tendência de submeter nossas reivindicações às reivindicações dos magistrados, defendemos a unidade do movimento grevista. Nada de acreditar

em migalhas que os juízes possam jogar para trás. O plano de cargos e salários que o Tribunal de Justiça formulou para a categoria é somente uma versão particular de outros planos que o governo elabora e aplica em outros setores do funcionalismo (educação, executivo, previdência, justiça federal, etc.). A greve unitária do funcionalismo é o instrumento que permite pôr abaixo a reforma administrativa. A unidade se dá pela base. Unir os setores que já estão em luta, defender a greve aonde não iniciou. Unificar as reivindicações rompendo a política burocrática das direções divisionistas. Já a luta contra a aplicação da reforma administrativa não pode se dar isolada da luta contra o conjunto das reformas do governo. Para combater a diretriz neoliberal, unifiquemos os funcionários públicos aos demais trabalhadores oprimidos, num só movimento que vise pôr abaixo o plano FHC.

Massificar e radicalizar o movimento grevista

As últimas greves protagonizadas pelos trabalhadores demonstram a necessidade de radicalização e massificação. Apenas as greves isoladas e disciplinadas não conseguem arrancar conquistas. O governo endurece para poder aplicar a política de destruição

dos serviços públicos. De nosso lado temos de transformar a greve em um autêntico movimento de massas. Os métodos de luta já sinalizados por outras greves são a ocupação das avenidas, dos prédios públicos, as passeatas, as grandes manifestações de rua, enfim, métodos de luta que projetam o movimento para o conjunto dos trabalhadores oprimidos. Para tanto defendamos a unificação com outros setores que também estão em luta.

Por um sindicato único dos judiciários

A greve dos judiciários coloca, como necessidade inadiável, a formação de um sindicato único da categoria. Sem ele os trabalhadores permanecerão reféns de quinze ou mais associações. As diversas associações que convocaram a assembléia que decretou a greve no dia 10/08 agiram pressionadas pelos trabalhadores que exigiram uma resposta unitária para seus problemas. A principal característica dos sindicatos é a de possibilitar a unidade dos trabalhadores em torno de suas reivindicações. Sem o sindicato ficaremos desarmados para lutar contra a política de destruição dos serviços públicos ditada pelo imperialismo e aplicada pelos governos.

Icó/Ceará

Nada de aceitar esmola do governo Tasso Greve por tempo indeterminado

Ausência do sindicato na base

A burocracia do sindicato da APEOC (Articulação/PT e suas variantes), depois de três anos sem colocar os pés no município de Ico-Ce apareceu em agosto, três meses depois de um abaixo-assinado dos professores solicitando a presença de alguém do sindicato na região. Certamente, a presença nada teve a ver com a organização da luta.

Como vive a burocracia sindical

Esses sindicalistas usam o sindicato como meio de vida. Aparentemente recebem o mesmo salário de um professor com jornada básica, mas na verdade são regados com benefícios advindos dos cargos que ocupam como dirigentes sindicais. E ainda se aproveitam da condição de dirigente e da

máquina do sindicato como trampolim para a vida parlamentar.

Eis aí por que os professores devem rechaçar os burocratas sindicais e transformar os organismos dos trabalhadores (sindicatos) em instrumento de luta contra o governo e os partidos burgueses.

Posição da burocracia na assembléia

Os burocratas compareceram na assembléia com a velha prática do peleguismo que é o assistencialismo. Aos invés de organizar o enfrentamento ao governo Tasso, que vem destruindo a educação pública, os burocratas mostraram um sindicato que há anos se tornou uma agência de prestação de serviços para uma camada de professores: convênios médicos, colônias de férias, financiadoras de casa própria, assessoria jurídica para casais em processo de separação etc.

Ataques do governo e política da APEOC

O governo há 7 anos não concede reajuste salarial, reduziu a grade curricular, municipalizou o ensino fundamental menor e vem municipalizando o ensino fundamental maior, criou tele-salas (telecurso 2000), está modificando o IPEC (Instituto de Previdência do Estado Ceará) para que haja o desconto de 20% dos salários dos servidores públicos etc.

Enquanto isso, a burocracia da APEOC se recusa a organizar a resistência coletiva da classe. Faz o jogo do governo. Ou seja, canaliza o descontentamento dos educadores para o Parlamento e Justiça corruptos.

Nossa intervenção na assembléia

A Corrente Proletária na Educação (POR) entrevistou na assembléia combatendo o assistencialismo e mostrando que isso

está em oposição a um verdadeiro sindicato de luta. Denunciou os métodos distracionistas da burocracia como as negociatas de cúpula com o governo e a via parlamentar/eleitoreira. Defendeu a convocação de uma assembléia estadual com o objetivo de rejeitar a migalha (10%) oferecida por Tasso e aprovar a greve em todo o Estado. Mostrou a disposição de luta dos professores e a necessidade de organizar o movimento de enfrentamento ao governo que destrói a escola pública. Por fim, ressaltou a importância da unificação dos dois sindicatos (Sindiute e Apeoc) através da base.

Nossas reivindicações

Fim da reforma educacional do governo FHC/Tasso e Neto Nunes

Piso salarial de R\$2000,00 (salário mínimo vital)

Greve geral por tempo indeterminado

ELEIÇÕES DA ADUERN

A posição da Corrente Proletária na Educação

O momento atual caracteriza-se pela crise mundial do capitalismo. A desaceleração da economia do EUA, Japão e Europa tende a uma crise semelhante a de 1929. A crise econômica argentina é parte da crise mundial, como também, a alta do dólar, o apagão e a queda da expectativa de crescimento do Brasil. A burguesia, para manter seu sistema, descarrega as conseqüências da crise sobre os trabalhadores. O capitalismo, historicamente, está esgotado.

Os trabalhadores têm resistido a política burguesa de FHC ditada pelo FMI. Greves têm sido deflagradas, categorias se movimentam, os trabalhadores como um todo estão em pé de guerra. A insatisfação é grande com um dos pilares fundamentais do plano Real: o arrocho salarial. Porém, os assalariados encontram-se acorrentados pelo conservadorismo das direções reformistas (PT, PC do B), que mantém as lutas fragmentadas e nos limites da ordem capitalista. Apontam para as eleições como forma de derrubar o governo e o parlamento como palco definidor das políticas sociais. Quando referem-se a unificação significa notas de apoio e participação das direções nos movimentos dos outros sindicatos,

ou seja, unificação de cúpula, portanto, burocrática. Esta situação comprova a crise política do proletariado, a crise de direção.

A UERN está inserida neste contexto. Com a crise capitalista, os governos burgueses desobrigam-se da educação para poder pagar os juros da dívida externa e manter os lucros capitalistas. A burocracia da UERN, em contraposição a comunidade universitária, submete-se, adapta-se, implementa a política burguesa. Em troca, a burguesia garante uma legislação que reproduz o poder desta minoria burocrática sobre a maioria da comunidade. O atual reitor foi eleito por apenas 45% dos votos da comunidade universitária, a maioria dela (55%), rejeitou o reitor burguês. A política da burguesia levará a privatização do ensino superior.

A ADUERN poderia se constituir num instrumento de luta importante contra a política da burguesia e a burocracia universitária. No entanto, sua direção (PT, PC do B e "independentes") é incapaz de opor-se devido à sua política burocrática, reformista, eleitoreira. A direção passada da ADUERN rebaixou as perdas salariais da categoria de 216% para míseros 50% e foi favorável a um

acordo de 15%, abaixo inclusive dos 20% de reajuste do salário mínimo concedido pelo governo federal. A direção foi incapaz de se opor ao autoritarismo do reitor burguês: não convocou a categoria para decidir por uma greve, não unifica com outras categorias. O reitor decretou guerra e a ADUERN ficou paralisada.

A Corrente Proletária na Educação compreende a defesa da UERN como universidade pública como parte da luta contra o plano Real de FHC/FMI (PSDB/PFL). Desse modo, une a luta contra a burocracia universitária com a luta pela transformação da sociedade. Nosso programa compreende a defesa do governo operário-camponês construído através da ação direta das massas; unificação dos trabalhadores com pauta, assembléias, atos e passeatas em conjunto para fazer frente a burguesia, enfim, construir a Frente Revolucionária Antiimperialista. Na UERN defendemos o voto igualitário, a construção do Poder Estudantil com soberania das assembléias universitárias, auto-governo na UERN; eleições proporcionais para o sindicato, diretores com mandatos revogáveis, greve da categoria como parte da greve geral no Brasil.

Congresso da Apeoesp: muito luxo para encobrir o colaboracionismo

No período de 20 a 24 de outubro será realizado o XVIII congresso da Apeoesp. A cada congresso, a burocracia aumenta as mordomias aos delegados. Há alguns anos, os congressos são feitos nas estâncias balneárias. Para esse estão reservadas as Águas de Lindóia. A diretoria vai torrar 800 mil reais em 4 dias. Participarão dois mil delegados, sendo que 567 são natos (110 são da diretoria e 457 conselheiros estaduais). Os outros 1432 professores serão escolhidos em duas etapas: primeiro na escola (na proporção de 1 para cada 10 associados) e, depois, na Plenária regional (através de uma cota por subsele e na proporcionalidade obtida pelas teses). Sem dizer que para ser delegado é preciso ainda pagar 90 reais. Como se vê, cada vez aumenta mais os delegados não-eleitos diretamente nas escolas e cada vez mais o luxo toma conta do congresso. Trata-se de um congresso nos moldes empresariais.

Diretoria compra os delegados com as mordomias

A burocracia da Apeoesp procura atrair um setor da classe para os luxuosos congressos. Há uma parcela do professorado despolitizada que é arrastada pelos burocratas somente para votar em suas propostas políticas. Em troca, rece-

be o "direito" de freqüentar os hotéis e estâncias. Com o apoio dessa parcela, a diretoria combate todos aqueles que condenam essa velha e podre prática típica do peleguismo.

No último CR (29), o POR denunciou as falcaturas e o milionário congresso armado pela burocracia. Propôs que se votassem contra esse tipo de congresso e defendeu que todos os delegados fossem eleitos nas escolas, nenhuma taxa, fosse realizado em uma universidade e que tivesse no máximo dois dias de duração. Portanto, um congresso para discutir e aprovar resoluções políticas para impulsionar a luta dos educadores. Porém, quem controla o CR é a própria burocracia e este votou em sua proposta.

Todo burocrata teme um congresso politizado

Os quatro dias de congresso são somente para preencher o pacote de turismo. Na verdade, há uma tarde e uma noite para reunião em grupos e duas plenárias deliberativas. O restante são as chamadas mesas de palestras e festas.

Quanto mais dispersivo e distracionista o congresso mais a burocracia leva vantagem. Um congresso fincado em discussões políticas com o objetivo de forjar a vanguarda presente para os embates

com o governo é temido pela camarilha que dirigente da Apeoesp. Isso porque dificilmente teria como manipular os delegados. Pois, estes viriam com esse intuito e não para desfrutar o que na vida real não pode ter com o salário de professor.

A Força Sindical (direitista) compra a presença de operários nas assembleias leiloando carros. A diretoria da Apeoesp, com os hotéis e comida farta.

O governo é o que mais lucra

A tática dos burocratas é a de fazer um congresso só para referendar o que já vem sendo imposto na prática. Ou seja, uma política de não enfrentamento ao governo do PSDB. Este aplica as medidas privatistas na educação e prepara novo pacote contra o ensino médio. O congresso de 4 dias está em função de embriagar uma parcela de delegados com os palavreados ociosos dos intelectuais acadêmicos. Enquanto isso, o governo segue com a reforma do ensino do Banco Mundial. Para o ano que vem, estão previstos: mais tele-salas, escolas/salas fechadas, superlotação e mais desemprego.

É fundamental que os professores rechacem essa conduta da burocracia da Apeoesp e defendam um congresso para organizar a resistência coletiva da classe aos ataques do governo.

Resistir à destruição do ensino

Alckmin implanta as medidas de destruição do ensino público. Reduz gastos ampliando as telessalas, trabalho "voluntário", incentivando as chamadas "contribuições" de alunos e pais (taxas), arrochando salários, demitindo, fechando escolas/salas de aulas, substituindo funcionários pela polícia etc.

Como vemos, segue a orientação do FMI/Banco Mundial (redução de gastos públicos e cumprimento com os compromissos (pagamento) da dívida externa).

Com aprofundamento da crise econômica e política, o governo está obrigado a acelerar ainda mais as reformas neoliberais. Estas têm como objetivo a privatização. Nesse sentido, sua meta é

ampliar as telessalas na região. O custo das telessalas é nove vezes menos do que o ensino em sala regular (presencial). Sem dizer que as telessalas são regidas pelo Telecurso 2000, empresa de Roberto Marinho (Rede Globo).

Por outro lado, existe uma disposição de luta por parte dos professores e alunos. A manifestação do dia 16/8 contra a municipalização é prova disso. Para derrotar a política do governo de privatização é preciso de muita luta. Implica em unificar o movimento, ganhar às ruas, paralisar as escolas, organizar os comitês em defesa da escola pública nos bairros etc. É necessário, portanto, o enfrentamento direto contra o governo.

Nossas propostas:

Que o sindicato convoque assembleias regionais e estadual para aprovar a resistência coletiva da classe;

Que o movimento estudantil (grêmios e entidades dos estudantes) aprovem a luta unitária em defesa da escola pública;

Que a comunidade organize os comitês de bairro;

Que movimento aprove:

- o fim das telessalas;
- o fim do trabalho "voluntário"
- a retirada da polícia das escolas;
- abertura de escolas/salas de aula;
- o emprego a todos
- a derrubada da reforma privatista da educação

Funcionários de Escola

Faltam 29 mil funcionários na educação

Nestes 7 anos, o governo procurou enxugar o setor administrativo, para poder manter a folha de pagamento dentro dos 60% imposto pela Lei Camatta,

No setor da educação, diminuiu 29 mil funcionários, e continuará diminuindo. Para isto está utilizando a municipalização, o remanejamento, as demissões voluntárias e a extinção de cargos.

As matrículas em parcerias com o município fazem com que os turnos diminuam e os funcionários vão ficando adidos. Na região de São Mateus, a Escola Alfredo Aschar, que hoje tem 3 turnos, fez uma projeção de apenas 2 turnos para o ano de 2002, isto em uma região de grande demanda de vagas pelas poucas escolas existentes.

A resposta dada a esta questão por parte do sindicato.

Até neste momento a diretoria sindical não apresentou nenhuma resposta, nem para a municipalização, nem para o trabalho terceirizado, e muito menos para as frentes de trabalho, sempre está a mercê dos argumentos do governo para não combater e chamar a organização dos trabalhadores.

O que devemos fazer?

Existe um grande descontentamento por parte dos trabalhadores, com esta diretoria que não convoca reuniões e nem assembleias, que não distribui boletins, que utiliza-se dos acordos espúrios e das negociações traidoras. Procura enganar a categoria levando-a a se distrair com as ilusões de colônia de férias e da possibilidade de empréstimos com seu novo banco de crédito (e para tudo isto, aumenta de forma exagerada as mensalidades). Porém este descontentamento precisa se transformar em organização, em um programa que aponte a luta contra a falta de funcionários.

Por isto a Corrente Proletária da Educação está convocando reuniões nas regiões onde atua para que a categoria discuta o que fazer.

Surge uma divergência na Articulação

A corrente que dirige nosso sindicato (articulação sindical) acredita que é o único pensamento que existe na categoria. Quando surge em seu interior uma idéia diferente (por parte dos trabalhadores), esta procura trazer os dissidentes para sua posição utilizando a força do aparato sindical (chantagens, corrupção etc.), para quebrar os questionamentos. Quando não conseguem comprá-los, procuram amedrontá-los dizendo que "pisam na cabeça dos opositores".

Já tivemos um exemplo concreto desta forma de "oposição" em Osasco, onde a antiga dirigente regional começou a questionar as posições da direção, imediatamente a diretoria do sindicato (Articulação) cortou o dinheiro da regional, entrevistou nas reuniões de RE, etc.. Em pouco tempo esta "oposição" por não ter uma crítica programática concreta à direção e se negando a ingressar na Corrente Proletária, simplesmente foi esmagada pela direção e a companheira simplesmente abandonou a militância.

Agora surge uma nova divergência na própria base da Articulação na região de S.Mateus/Itaquera/Guaianazes. A primeira providência tomada pela direção foi a de ameaçar os opositores a não se juntarem às posições principistas da Corrente Proletária ameaçando que a direção "pisaria na cabeça" de quem se levantasse contra ela. Esta posição esta de acordo com o modo de agir desta diretoria que se nega chamar a luta direta contra o governo, que considera que somente sua posição é que é a certa. Que destroem a democracia sindical, isto para poderem se manter artificialmente no controle do aparelho sindical

A Divisão

Acreditamos que o grupo que surge desta divisão possa dar um passo positivo no caminho de elevar o grau de politização de nossa categoria, mas para que isto ocorra terá a necessidade de se definir em favor da democracia sindical como método de organização sindical e

do método da luta de ação direta (greve, mobilizações, ocupações etc.), de defender com firmeza as reivindicações da classe etc. e avançar na compreensão da estratégia revolucionária.

Se não se definir por um programa proletário, este grupo não poderá cumprir o papel de mobilizar e estará fadado a abandonar os trabalhadores à sua própria sorte, abandonando a luta ou voltando de cabeça baixa para o seio da corrupção.

As eleições sindicais na Região São Mateus/Itaquera/Guaianazes

Com dizemos, a articulação é corrente política hegemônica na categoria e é a única que está na diretoria do sindicato (é um monólogo). Porém, na Região São Mateus, a Corrente Proletária da Educação tem uma atuação. Neste setor a diretoria regional se vê obrigada a utilizar um mínimo de democracia sindical para fazer as eleições (não se cansa de dizer que esta é a única região que tem uma Comissão Eleitoral para dirigir o processo e que nas outras regiões as eleições ocorrem "normalmente").

Está aí como estes burocratas tratam as idéias divergentes na classe, onde não existe oposição não sabemos o que se passa, em nossa região a direção sempre procura identificar a candidatura com uma visão pessoal e nunca com um posicionamento político.

Já os votos que a Corrente Proletária recebe são a expressão do trabalho programático de construção de uma oposição baseada num programa revolucionário, politizando os companheiros e sendo construído com todas as dificuldades, mas com perseverança com visitas as escolas, e com os cursos, debates e discussões que a Corrente Proletária vem organizando.

Precisamos avançar agora para uma nova fase em que a Corrente Proletária precisará se implementar de forma orgânica na Região e para isto devemos reforçar nosso trabalho. Isto como forma de tentar anular o poder da corrupção da Direção, que tem todo o controle do processo eleitoral.

UECE: Manassés fecha R.U.

Todo apoio ao acampamento na Reitoria!

No dia 22/08, o Reitor da UECE (Manassés) fechou o restaurante universitário (RU) que atendia por dia mais de 500 alunos. Argumentou que não havia mais recursos para financiar a alimentação mesmo tendo aumentado sua arrecadação com cursos oferecidos pelo NECAD aos professores e fim da isenção para vestibulandos. A burocracia avança, portanto, os ataques à universidade e à assistência estudantil sem que haja resistência à altura por parte dos estudantes. Tudo pela ausência de uma direção de luta no DCE (composto por PSTU, UJS e PT). Durante as férias a Reitoria e o Pró-Reitor de assuntos estudantis Prof. Telmo, do PT, aproveitaram para aumentar a taxa do R.U. de R\$ 0,50 para R\$ 0,80.

Além disso, criaram mecanismos (carteiras especiais e fichas) para burocratizar o acesso de estudantes à Biblioteca e ao RU. Os estudantes fizeram boicote e como consequência foram respondidos com o fechamento do RU. Com isso não tiveram outra alternativa senão ocupar e acampar no prédio da Reitoria, onde já estão há mais de dois dias.

Reitoria chama polícia para estudantes

Depois de 2 dias de acampamento na Reitoria, Manassés chamou a PM para impedir a entrada de novos estudantes na reitoria. O Reitor deu um prazo de até segunda feira para os estudantes evacuarem a reitoria, caso contrário a polícia vai tirar à força os estudantes do local. A mesma Reitoria já está processando 4 alunos por terem participado do movimento e defenderem a universidade pública.

A posição das correntes frente aos ataques da reitoria

O PSTU e o PT chamaram os estudantes inicialmente a "boicotar" o aumento da taxa pagando os 50 centavos anteriores. Agora defendem a reabertura a qualquer preço, mesmo que se volte a pagar taxa (a mesma de 0,50) que foi o que permitiu o avanço da liquidação do

RU. A idiotice da UJS (PC do B) que dirige os CA's de Veterinária e Filosofia chega ao cúmulo de dizer que o problema está exclusivamente no Governo Tasso e FHC, acobertando vergonhosamente Reitor lambe-botas do Cambé da sua responsabilidade de aplicador das medidas na universidade. O PT, dotado de um verdadeiro cretinismo institucional, chega ao descabro de levantar o apoio à PRAE, (que vem sofrendo reformulação do Reitor que visa acabar com a assistência estudantil), quando defender a assistência estudantil passa longe de defender as instituições burocráticas que antes a limitam e seguem à risca a política de Manassés.

O POR defende a luta conseqüente pela reabertura e contra a política de Tasso/Manassés. * Radicalizar a luta para conseguir a reabertura do RU. Construir a Paralisação e greve dos estudantes já! *RU aberto sem taxa! Nada de aceitar taxa como faz o DCE, que só adia um novo ataque! Em defesa da assistência estudantil * Abertura imediata das contas do IEPRO, NECAD e CEV! Nada de aceitar o "argumento" de falta de verba! Controle pela comunidade das finanças da universidade! Fim dos processos sobre os estudantes! Fora a PM do campus! Abaixo Manassés lacaio do governo Tasso.

Governo do Estado só repõe míseros 10% de reajuste

O governador Tasso (PSDB), concedeu a esmola de 10% de reajuste aos servidores públicos. Só a inflação nos seis anos de congelamento salarial é superior a 60% (segundo índices oficiais). Os sindicatos Apeoc e Sindiúte reivindicavam acima de 50%, portanto próximo a inflação. Temos de nos perguntar se é possível a uma família sobreviver com 400 ou 800 reais. Para arcar com o pagamento de aluguel, transporte, alimentação etc. é preciso um salário de não menos de 2000 reais. O piso deve ser adaptado às necessidades reais e não na capacidade de pagamento dos governos (que só tem dinheiro para beneficiar a burguesia) Só a luta dos professores e demais servidores poderá mostrar se o piso será alcan-

çado ou não. *Organizar assembleia já! Preparar a paralisação na categoria!

Estatuto de Juraci (PMDB) é parte da reforma educacional do FMI para reduzir gastos e destruir a educação pública

O prefeito Juraci (PMDB) quer impor um novo estatuto do magistério no qual prevê o fim da gratificação dos 20% do nível universitário, altera os 45 dias de férias oficiais para menos, modifica a situação dos aditivos entre outras alterações. A nova modificação visa destruir conquistas dos professores, que já amargam violento arrocho salarial imposto pela prefeitura com a justificativa da lei de responsabilidade fiscal.

Juraci segue a diretriz da reforma educacional de FHC/imperialismo (FMI), que tem como objetivo reduzir gastos com o ensino, embrutecimento dos educandos e destruição da escola pública para favorecer escolas privadas. O novo projeto de estatuto ainda não tem data para votação. Os professores fizeram no último dia 22/08 ato na Câmara de Vereadores, Apeoc/Sindiúte/vereadores do PT ficaram de, em conjunto com outros vereadores elaborara nova contra proposta (substitutivo) de estatuto, pois a anterior foi rejeitada pelo prefeito que só admitiu não mexer de imediato na gratificação dos 20% (novo projeto) a ser votado. Os reformistas e pelegos da Apeoc acreditam ser possível convencer os vereadores governistas a votar contra o prefeito, no substitutivo. Trata-se de uma ilusão propagandeada pela Apeoc. Este e o Sindiúte nada tem feito na prática para organizar os professores. É preciso defender o método da ação direta (manifestação, paralisação e greve), aprovar calendário de lutas para barrar nas ruas o novo estatuto do prefeito.

Aumenta o sucateamento de Escolas

A prefeitura, dando continuidade a política de destruição do ensino, tem sucateado as escolas até o limite extremo em muitos anexos das escolas não há giz

ou qualquer outro material escolar. Há escolas em que portas de geladeiras quebradas estão servindo de lousas. A maioria está com paredes rachadas, com piso esburacado, janelas quebradas, sem cadeiras etc. Para piorar, Juraci encerrou os contratos dos funcionários temporários sem substituí-los por concursados. Resultado algumas escolas estão paradas, outras estão completamente sem funcionários.

Para defender o ensino público é preciso arrancar mais verbas dos governos FHC/Tasso e Juraci que tem dinheiro sobrando nos cofres para alimentar todo tipo de corrupção e desvio de recurso,

além dos quais uma grande parte já está reservada a cumprir os acordos com organismo internacionais.

A Paralisia do Grêmio do João Mattos

Decorridos já mais de dois meses das eleições é preciso que nós estudantes façamos um balanço da gestão Força Jovem do grêmio do JM. Nós da corrente proletária estudantil analisamos que a paralisia do grêmio é tão grande que nem as suas bandeiras foram cumpridas (como aumento do acervo da biblioteca; fazer o jornal da escola; promover

curso político etc.). A chapa vencedora "Força Jovem" disse até que os alunos poderiam pedir o "impeachment" (revogabilidade de mandato) da direção em caso de não cumprimento. Chegaram a avisar nas salas que concordariam que a chapa esperança vermelha ficasse com os dois cargos que lhe era de direito pelo estatuto etc. Tudo não passou de uma fraude, um golpe, sobre os estudantes que no ano de 2000 votaram no estatuto do Grêmio. A atual direção não defende os interesses dos estudantes e está a serviço da diretora da escola (a antidemocrática Corina) para apoiá-la na sua reeleição.

Manifestações da UNE e UBES protestam contra fim do monopólio

As direções da UNE e UBES (UJS/PCdoB) têm realizado manifestações de protesto contra a medida provisória que acabou com o monopólio das carteirinhas da meia entrada. O estalinismo está desesperado porque a carteirinha obrigatória era a fonte de financiamento essencial na UNE e UBES. Sem ela, só para a UNE não haverá a arrecadação de cerca de 7 milhões de reais anuais. É com esses recursos que a burocracia se sustenta na direção da entidade, com as chamadas "ajudas de custo" pagas aos dirigentes da UNE/UBES.

Foi justamente com esse fim que a direção estabeleceu, ao longo dos últimos dez anos, acordos com os governos estaduais e em nível federal a fim de criar a obrigatoriedade da carteirinha da UNE/UBES para a meia entrada. Rompeu dessa forma com a idenpendência e autonomia da organização estudantil, pois deixou de depender do apoio político e financiamento voluntário dos estudantes para depender dos acordos com os governos. Desse ponto em diante, ganhou autonomia em relação aos estudantes e dependência em relação aos governos. Entregou o direito à meia entrada ao controle governamental. Em várias ocasiões, esse direito esteve ameaçado nos estados, pois dependia da disposição dos governos em preservar o sustento da burocracia por meio do imposto da carteirinha.

A burocracia estalinista jamais cogitou sustentar a UNE e a UBES por meio da contribuição voluntária dos estudantes. A alegação é que dessa forma não haveria dinheiro suficiente e não seria possível sustentar as atividades das entidades. Nesse sentido, para a burocracia, os fins justificariam os meios.

Mas o que ocorre é que os meios usados pela burocracia é que acabam denunciando seus fins. É a sua política, oposta ao programa revolucionário, que o levou à atual sinuca. Essa política, que se baseia na hipótese estalinista da revolução por etapas, e se traduz na conciliação de classe com o chamado "campo progressista" ou "democrático e popular", que inclui setores da burguesia, concretiza-se no eleitoralismo e frente-populismo, e portanto no desvio da ação direta das massas para o institucionalismo parlamentar e eleições. A impossibilidade da concessão pelos governos burgueses de reformas significativas conduz inevitavelmente essa política para a traição aberta às reivindicações das massas. Por não poder expressar politicamente as necessidades mais sentidas dos estudantes, a direção burocrática tem de manter os estudantes afastados das decisões. Isso se traduz na burocratização das entidades. E como não pode se apoiar na vontade dos estudantes, tem de se basear materialmente na corrupção e nos acordos com os inimigos da educação, a burguesia decadente.

A burguesia e seus governos se utilizam da burocratização e corrupção das entidades de duas formas: ao controlarem o sustento material, amarram as mãos das direções, que passam a depender do apoio material capitalista. Ao contribuírem para a burocratização e corrupção das entidades, as desgastam diante dos estudantes e as enfraquecem como organismos de unificação das lutas.

Foi a direção estalinista que entregou o controle das carteirinhas ao Estado burguês. Agora reclama que a burguesia a traiu, acabando com o meio de manter sua burocracia. Não percebe que o direito à meia entrada passou a ser ameaçado justamente quando essa direção burocrática entregou seu controle aos governos, e não aos estudantes.

Rechamos qualquer intervenção do Estado burguês no movimento estudantil. Quem tem de decidir sobre como deve ser a aplicação do direito à meia entrada são os estudantes, quem tem de decidir como as entidades estudantis devem se sustentar também são os estudantes.

A democratização do movimento estudantil corresponde a que suas organizações expressem os interesses gerais e imediatos dos estudantes. O atendimento das reivindicações democráticas dos estudantes já não pode ocorrer plenamente sob o modo de produção capitalista em desintegração. Até mesmo o atendimento das reivindicações estu-

dantis mais elementares coloca o movimento em choque com a burguesia e seus governos. Somente a força da unidade com a classe operária e os demais movimentos pode alcançar o atendimento das reivindicações.

Para que as organizações estudantis cumpram esse papel é necessária a construção de uma direção que encarne o programa político do proletariado, única classe capaz de vencer a intransigência da burguesia, pelo papel que ocupa

na produção.

Essa direção, por expressar os interesses dos estudantes, terá de se basear na democracia estudantil, na independência política, organizativa e econômica das organizações estudantis.

O Partido e sua Organização

4 Partido

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, em que o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Nesta parte, discute-se sobre a questão da formação dos simpatizantes e da necessidade de coloca-los o mais rápido possível no trabalho prático

Manual do Organizador Incorporação Massiva de Militantes (VIII)

O simpatizante do partido é aquele que está de acordo com as linhas mestras do programa, mas que ainda não está suficientemente preparado para a militância ou que não a considere indispensável. Por sua vez, o Partido necessita prová-lo com trabalhos práticos e educá-los político e teoricamente para rapidamente assimilá-los como militantes.

Os simpatizantes não podem estar soltos e perambular por aí segundo bem entender, o Partido os organiza em pré-células, ou em células de simpatizantes, ou em grupos de estudos e começa a exercitar sobre eles um controle político. Os contatos já devem cumprir algumas tarefas práticas: comprar e difundir a propaganda partidária, servir como apoio às ações partidárias e às suas campanhas financeiras. Enfim, os simpatizantes agrupados em pré-células devem regularmente cumprir tarefas práticas, que devem ser programadas pela célula que controla a organização de simpatizantes e centralizada por esta, que deverá proporcionar detalhadamente as noções fundamentais. Consti-

tui num gravíssimo erro manter os simpatizantes à margem de toda a atividade prática, como se fossem totalmente estranhos ao Partido, desta forma se obstaculiza sua formação, sua evolução para a militância e não permite dirigi-los politicamente. Devemos atuar de forma contrária: devemos fazer com que os contatos incorporem progressivamente o trabalho prático, pois esta é a melhor forma de prepará-los para que passem, quase que imperceptivelmente, para a militância.

Na educação dos simpatizantes, deve jogar um papel importante a discussão dos problemas políticos da atualidade, isto é fundamental para que possam cumprir devidamente as tarefas práticas propostas. Pode-se dizer que esta educação oferecida é ativa, em contraposição às que se limitam às exposições acadêmicas sobre alguns assuntos teóricos abstratos. Os trabalhos práticos e a educação política devem impulsionar o simpatizante para a militância.

Os simpatizantes não devem se limitar a difundir a propaganda ou a intervir em algumas atuações partidárias públicas, mas progressivamente devem ser responsáveis pelo cumprimento de algumas tarefas partidárias (coleta de fundos, elaboração de boletins, trabalhos de

comunicação, traslado de materiais etc.). A assimilação dos trabalhos práticos podem impulsionar os simpatizantes para acelerarem sua formação política e teórica. Alguns camaradas pensam de outra forma: tendem a isolar o simpatizante de toda atividade prática com o argumento que o peso excessivo desta poderia tirá-los da militância. O método que aconselhamos parte da necessidade de treinar os simpatizantes em todos os aspectos para a militância, ou seja a de ser capaz de colocar toda sua energia vital permanentemente em prol da atividade revolucionária; em considerar o passo para ela como progressivo e não como algo que deve vir inesperadamente.

Um tratamento problemático com os simpatizantes se traduz em uma extrema dificuldade em convertê-los para a militância. Demora-se muito antes de um simpatizante ser incorporado a uma célula de militantes. Este atraso pode desencorajar o simpatizante e o Partido pode perdê-lo para sempre. Marginalizar os simpatizantes do trabalho prático tem como conseqüência transformá-los em discutidores pedantes, que preferem a comodidade de serem observadores do que as dificuldades que implicam a militância.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

História Do Movimento Operário No Brasil

Parte 16: a “a abertura democrática” e o movimento operário

No período que vai do ano de 1975 até o ano de 1984, o governo militar, comandado, respectivamente, pelos Presidentes-Generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, iniciam um “lento e gradual” processo de abertura política rumo à democracia.

Esta alternativa encontrada pelo regime militar e seus adeptos, sob seu rígido controle, só é compreensível mediante a análise de alguns fatores que marcaram este conturbado período.

O primeiro foi a crise econômica que se abateu no país com o fim do chamado “Milagre Econômico”, que desencadeou sobre a classe operária uma intensa onda de demissões em massa, principalmente no setor metalúrgico (somente na Volkswagem foram demitidos mais de 10 mil operários); ampliação do número de subempregados, que foram obrigados a ganhar a vida fazendo bicos para sobreviverem; a ampliação da riqueza da burguesia e, conseqüentemente, o aumento da pobreza dos trabalhadores.

O segundo, foi a ampliação da repressão do regime, representada, neste período pelo assassinato do jornalista da Tv Cultura Vladimir Herzog (25/10/75) e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho (17/01/76), nas dependências do DOI-CODI, levando milhares de pessoas às ruas, mesmo sob a repressão do exército, a protestarem contra as arbitrariedades

e a truculência do regime.

O terceiro, e mais importante, foi a intensa mobilização da classe operária, iniciada pelos metalúrgicos da região do ABC paulista, contra as péssimas condições de vida que estava sendo submetido o conjunto dos explorados no país. Para se ter idéia da amplitude das mobilizações, cabe alguns exemplos: 1979: em São Paulo, 113 mil trabalhadores cruzaram os braços no ABC, exigindo 78% de aumento salarial, 65 mil trabalhadores municipais e 250 estaduais entraram em greve; no Rio de Janeiro 82 mil professores paralisaram suas atividades; no Rio Grande do Sul houve também paralisação dos funcionários públicos; na Bahia, greve dos policiais, e em Belo Horizonte houve greve de 15 mil operários da construção civil. Estas mobilizações arrastaram outros setores da classe operária e dos estudantes, mantendo-se até o final do regime.

Como se pode observar, o país passava por uma grande agitação política, tendo à frente a classe operária. No entanto, as mudanças que defendiam os partidos de esquerda (PCB, PC do B, e o recém-criado PT) neste momento, propostas ditas progressistas e transformadoras, era a mesma defendida pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o retorno das velhas instituições burguesas. O debate girou em torno das eleições diretas para Presidente da República. O movimento pelas eleições diretas esteve sob a orientação burguesa de

transição pacífica da ditadura para a constituição do governo eleito pelo voto universal. As lideranças sindicais, tendo à frente Lula, foram arrastadas por essa posição, submetendo o movimento operário à estratégia da democracia capitalista.

Sendo assim, as condições de miséria que fora submetida a classe operária pelas botas do regime dos generais-presidentes, pela burguesia nacional e pela burguesia imperialista, assim como o sangue derramado dos lutadores que tombaram pelas mãos da repressão, seriam escamoteadas por mais um golpe planejado pela burguesia e endossado pelas direções sindicais e partidárias de esquerda, com a promessa de uma transição harmoniosa para a democracia.

Isto só pode ser explicado pela ausência de direções sindicais e de um partido verdadeiramente revolucionário, que pudesse aglutinar os trabalhadores em torno de idéias próprias, dirigindo-a contra seu verdadeiro inimigo de classe, a burguesia e o sistema que os oprime, o capitalismo. A retomada do funcionamento parlamentar, da eleição do presidente da república e a reforma da Constituição em 1987 não fizeram senão continuar a ditadura de classe dos capitalistas. Ficou evidente que não se pode confundir a defesa das bandeiras democráticas contra a ditadura com a estratégia da defesa do regime político burguês da democracia do Estado.

PTS

Uma posição reacionária frente à greve da polícia

Desde a explosão do primeiro surto grevista na polícia militar, confrontamos com duas posições erradas das esquerdas: 1) a que nega apoiar a greve policial, por considerar que esta vem no sentido de reforçar o aparato repressivo; 2) a que apóia defendendo a democratização da polícia. No primeiro caso, temos PCO e LBI; no segundo, PSTU e alas de esquerda do PT. O POR defende a greve da polícia com a bandeira de voltar as armas contra a burguesia e destruir o aparato repressivo dos exploradores. Nesse sentido, apregoa o direito irrestrito de greve, de assembleia, de manifestação, de sindicalização dos po-

liciais, nenhuma intervenção do exército etc.

Agora, neste último surto, a situação não mudou. Em vários estados, a reivindicação salarial foi o estopim de radicais mobilizações, destacando a greve armada no estado do Tocantins e da Bahia.

O Jornal “Estratégia Revolucionária”, que pretende criar uma nova corrente no Brasil, partindo da matriz argentina denominada PTS, veio se somar ao PCO e LBI na posição contrária ao apoio à greve da polícia. No seu artigo, “O caráter reacionário das “greves” policiais”, destaca uma frase de Trotsky, descontextualizando-a,

 **Polêmica**

para provar que estão certos em condenar a greve da polícia. Eis a frase: “Todas as polícias, executoras da vontade dos capitalistas, do estado burguês e de suas gangues de políticos corruptos devem ser dissolvidas”.

Por esta caracterização e pela posição de dissolver a polícia feitas por Trotsky, o PTS deduz mecanicamente que as greves ocorridas são reacionárias e que o apoio a elas é igualmente reacionário. O artigo se vale de inúmeros exemplos conhecidos de barbárie praticada pela polícia contra os explorados para conduzir à mesma dedução. Diz: “Temos que nos pronunciar con-

tra as "greves" da polícia, que são uma verdadeira chantagem a todo povo pobre. Não, não podemos apoiar as "exigências" destes bandos armados do capital, que além das exigências salariais exigem melhor "capacidade operativa" para reprimir e manter o controle social sobre o povo pobre."

A colocação do PTS vai além da LBI e PCO, até onde conhecemos através da polêmica travada no primeiro surto grevista. Coloca-se, por princípio, contra a greve na polícia e daí deriva a condenação a qualquer apoio.

Mas o PTS não faz uma análise interna da greve na polícia, permanece na sua exterioridade, com um ponto de vista já pré-determinado de que a greve na polícia é reacionária porque reforça o aparelho repressivo. Evita assim explicar por que os governadores se socorreram do exército contra os grevistas e o governo federal se mobilizou para criar uma legislação mais clara de subordinação da polícia ao exército. Evita também entrar no mérito da campanha unânime da burguesia contra a "baderna" e a conclamação ao governo para reprimir exemplarmente as "sublevações", principalmente a do Tocantins.

O PTS se limita a descrever os acontecimentos apenas na sua aparência externa porque assim pode fazer suas mecânicas conclusões e lançar bandeiras fora de lugar. Ocorre que as greves por salário e por "condições de trabalho" (armamento etc) estão em contradição com a natureza, estrutura e função da polícia. Por isso, os setores mais a direita da burguesia consideram a greve policial como sublevação, amotinação. É importante, nesse mesmo sentido, a discussão sobre a greve armada. O PT condenou a greve, utilizando-se da "defesa" de greve desarmada, pacífica. Esse é um ponto sensível nos acontecimentos, como ficou mais evidenciado na possibilidade de confronto entre o exército e os policiais amotinados no Quartel, em Tocantins.

A greve quebra provisoriamente a hierarquia e suspende a função repressiva da polícia, colocando-a em choque com a estrutura do Estado, à qual pertence e tem função estratégica de uso da força contra as massas. Esse tipo de insubordinação, cujo principal motivo foi a reivindicação salarial, expressa as contradições do capitalismo em desintegração.

Quem não sabe que ao Estado e à burguesia interessa pagar bem os policiais e aparelhar o máximo possível seu braço armado? Mas não pode fazê-lo na medida

necessária. A polícia é uma força parasitária que se agiganta à proporção da crise social. E quanto maior, mais dificuldade do Estado endividado com o imperialismo elevar os salários e mantê-los a contento dos policiais. Essa contradição, entre outras, abre fendas na hierarquia e leva a força repressiva das greves operárias a se valer do método grevista, da ocupação, das manifestações de rua, podendo chegar às armas, ponto esse que mais teme o governo dos capitalistas.

A intervenção do exército para quebrar a greve, reprimir e prender os líderes radicais expressa o perigo da insubordinação desse braço armado do Estado.

Se se faz uma análise do fenômeno social, político e militar que constitui a greve da polícia, verificando os elementos contraditórios no seu interior e exterior, não se chega à conclusão de que a greve da polícia fortalece o aparato repressivo e que, portanto, é reacionária. Ao contrário, a greve expressa um processo de decomposição dessa força repressiva e impulsiona a sua desintegração. Um outro dado que contribui para essa nossa tese diz respeito à negativa das lideranças da greve em unificá-la nacionalmente. E a divisão que se instalou em São Paulo, onde prevaleceu a pressão do pacifismo e do antigrevismo, refletiu o movimento repressivo do governo e a campanha contra o amotinamento (contra o direito de greve na polícia). O conteúdo veiculado é o de que a polícia é guardiã da ordem e da lei, logo a greve transgride e subverte.

Vamos supor que os grevistas saíssem vitoriosos, conseguissem melhores salários e "condições operacionais". Isso reforçaria o aparato repressivo? Sim e não, a contradição permaneceria. Uma vitória da greve policial significaria admitir a greve como instrumento frente à inevitável corrosão que em seguida viria. Nas condições de crise econômica e financeira, e do agigantamento do parasitismo policial, a vitória da greve colocaria os policiais como uma força pronta para nova insubordinação e mais potente ainda.

Mas as greves têm sido derrotadas. Nesse caso, também permanece a contradição, com a diferença de que dificulta a retomada grevista. O mais provável é que a derrota reforça o aparato militar. Restabelece a ordem sob a base da repressão e do disciplinamento. Como se vê, é o contrário do que afirma o PTS, LBI e PCO.

Voltemos, então, à citação de Trotsky. Podemos a partir dela condenar a greve dos policiais e negar-lhe apoio? É claro que

não. Estamos obrigados a refletir e estabelecer uma orientação sobre como haverá a "dissolução" da polícia, "executora da vontade dos capitalistas". Com certeza, não será condenando a greve e negando-lhe apoio. Será defendendo a política militar do proletariado, que é a de acirrar as contradições no aparato militar, ou seja, aquelas que levam à sua dissolução por intermédio da luta de classe.

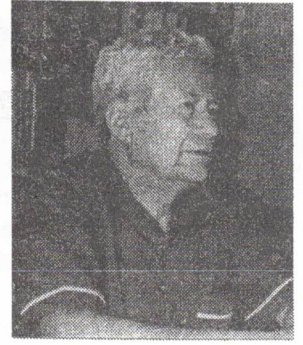
A primeira condição é de se guiar pela teoria marxista do Estado, que tem por pressuposto o exercício da ditadura de classe da burguesia, que para tal edificou o aparato militar e policial. Somente o proletariado organizado em torno do programa da revolução e ditadura proletária poderá dissolver as forças repressivas e para isso terá de derrotar a burguesia, destruir seu Estado. A greve policial em si não leva à dissolução do braço armado da burguesia, apenas contribui para criar as condições para isso. Sob a intervenção revolucionária dos explorados, dirigidos pela classe operária, tais condições facilitarão a luta por esse objetivo. Inclusive para obter as armas.

Frente à recente onda grevista na polícia, o principal problema foi a ausência dessa organização e movimento proletário. Não temos ainda o partido operário revolucionário enraizado nas massas. Se tivéssemos, haveria a possibilidade de transformar o apoio à greve em movimento contra o Estado, sob a bandeira de virar as armas contra os exploradores. A tarefa de constituir uma fração revolucionária no exército e na polícia, hoje, está colocada de maneira mais concreta dado que as contradições estão golpeando os policiais. Poderia estar mais desenvolvida se tivéssemos o partido.

Esse raciocínio importa porque revela a importância de se defender a greve na polícia e dar apoio concreto tendo à frente as bandeiras revolucionárias, como a de voltar as armas contra o Estado e a burguesia. É com essa política que resolveremos a tarefa colocada por Trotsky de dissolver a polícia executora dos interesses da burguesia.

A posição do PTS frente à greve da polícia é anarquista, por isso reacionária. Nada tem a ver com a posição marxista de Trotsky, apropriado indevidamente pelos centristas do PTS. Ao condenar a greve, coloca-se no mesmo terreno do governo e do exército acionado para esmagar os grevistas. O PTS, assim, não pôde levantar sequer uma bandeira contra o intervencionismo contrário à greve.

Resumo das Obras Completas de Guillermo Lora



Apresentamos a seguir um Resumo dos Livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como, passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicadas à realidade.

Volume X (1960)

Neste tomo é analisado o processo de ruptura que ocorria no MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), afirmando que as frações à esquerda não se diferenciam das da direita com respeito a linha política implantada pelo nacionalismo, que são opostos aos dos operários.

Neste contexto o POR, no seu XVI Congresso, se utiliza de uma nova tática

eleitoral, dada a mudança de conjuntura. Esta discussão é importante para demonstrar em que condições e como o Partido intervém nas eleições com candidaturas. Assim, com exceção de Potosi, onde teve candidato o POR pregou o voto em branco.

No tomo também se tecem uma série de críticas ao recém governo eleito da esquerda do MNR de Paz-Lechin, e se demonstra como a linha de Siles (direita do MNR) não é mudada

Ainda temos dois textos importantes: um sobre Rosa Luxemburgo e outro sobre José Aguirre, o grande fundador do POR.

Volume XI (1961)

Neste tomo é mostrada a posição do nacionalismo de esquerda com relação à desnacionalização das minas, que levam

a uma maior aproximação/submissão com o imperialismo, impondo até o Estado de Sítio contra as mobilizações.

Neste tomo encontramos transcritas duas importantes obras de Lora

a) *“Uma Visão Panorâmica dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista”* com um resumo de suas principais teses

b) *“Apontamentos Sobre Organização”* também conhecido como *O Partido e sua Organização*, obra que traz as principais conquistas teóricas dos trotskistas bolivianos sobre questões como: relação partido/programa, papel da crítica e autocrítica, organização celular, jornal como organizador coletivo, direção

Japão

A crise no Japão é descarregada sobre a classe operária

Há dez anos, o Japão convive com a recessão. A economia japonesa cairá mais 1% nesse ano. Os resultados são o fechamento de fábricas e desemprego. A Toshiba, maior produtora de equipamentos para computadores, eliminará 18,8 mil empregos. Só no Japão serão 17 mil. A Fujitsu, também fabricante de computadores, anunciou a demissão de 16,4 mil operários em todo o mundo. A maior concentração das demissões será também no Japão. A Hitachi prevê cortes de até 20 mil trabalhadores. Esses são alguns exemplos das recentes demissões. O índice de desemprego no Japão, país considerado o modelo de emprego e estabilidade, atingiu 6%. É o maior índice já visto na história do Japão desde o início da década de 50.

A recessão japonesa, o fim do ciclo de crescimento especulativo da economia norte-americana e a estagnação da Europa indicam maior desintegração da economia capitalista. Já não se apresenta

nenhuma das potências como impulsora da produção e do comércio mundial.

A tendência diante do aguçamento da desintegração do capitalismo é o aumento da opressão nacional (países imperialistas redobram as disputas entre si pelo domínio das economias semicoloniais), ampliação das guerras comerciais entre as potências, as quebras econômicas (fechamento de fábricas), o crescimento do parasitismo financeiro e as intervenções bélicas pelo domínio de regiões.

Como se vê, a crise mundial do capitalismo é descarregada sobre os países mais atrasados e sobre a maioria da população. A existência de 1,5 bilhão de seres humanos vivendo com apenas um dólar por dia é prova da barbárie. Nem mesmo a classe operária das metrópoles está livre do peso da desintegração do sistema de exploração do trabalho.

A resposta dos capitalistas para a crise é a fome e a miséria. A resposta dos

trabalhadores para a crise é a da derrubada do regime de fome e miséria, pela revolução proletária.

No Brasil, a crise também será violenta

Essa crise atinge em cheio o Brasil. As multinacionais japonesas, americanas e européias dominam a economia brasileira. O fechamento de fábricas e as demissões anunciadas pelas multinacionais provocarão mais desemprego no Brasil.

A classe operária deve responder com a ocupação das fábricas e a imposição do controle operário de produção. A burocracia sindical está de joelhos diante da crise econômica. É necessário organizar o proletariado para resistir aos ataques das multinacionais, dos patrões e do governo subserviente aos planos imperialistas. A reivindicação de emprego a todos e salário mínimo vital impulsiona a luta de massa contra os capitalistas e o regime de exploração.

Israel ocupa militarmente territórios palestinos

A ocupação militar de territórios palestinos por Israel é sintoma de agravamento da opressão nacional, de forma ainda mais repressiva. Por trás de Israel, está o imperialismo norte-americano, que tem aí um enclave para determinar os destinos da estratégica região produtora de petróleo, o Oriente Médio.

O assassinato das lideranças das correntes palestinas mais radicais pretende

impor pelo terror o aumento da opressão israelense.

O governo da Autoridade Palestina de Yasser Arafat comprovou-se incapaz de manter um papel de conciliação para preservação da opressão israelense. As revoltas palestinas responderam às provocações dos radicais de Israel com a luta nas ruas. Ou a população se arma e impõe pela

revolução sua independência nacional ou será esmagada pelo enclave imperialista.

Expõe-se todo o atraso na construção de um poderoso partido revolucionário mundial, que seja capaz de impulsionar os levantes dos oprimidos e apoiá-los em todas as partes do mundo, voltando as energias dos explorados contra os exploradores.

A hipocrisia da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo

Volta e meia a ONU realiza uma conferência sobre temas de grande importância, como a fome no mundo, trabalho infantil etc. Agora é a vez do racismo. Mas não passa de hipocrisia de setores da burguesia e da pequena burguesia de ares reformista, esta organizada nas ONGs.

Discute-se, estabelece-se algumas metas genéricas e nada efetivamente é resolvido. Os problemas tratados são consequências do capitalismo e a ONU não passa de um instrumento dos capitalistas, mais precisamente do imperialismo.

O fato dos Estados Unidos não comparecerem à Conferência por não aceitarem temas como sionismo e colonialismo não modifica a essência do que lá se passará. Os palestinos continuarão sendo oprimidos por Israel e os africanos a arcarem com o saque imperialista.

A Conferência serve para expor a impossibilidade de qualquer atitude progressiva da burguesia mundial e traz à tona os exemplos mais recentes dessa premissa. A África do Sul, onde a opressão da burguesia branca e ultraminoritária é violenta contra os negros, sofreu uma mudança de governo, colocando-se no seu topo um dos líderes históricos anti-racista, Nelson Mandela. Depois de vários anos, a situação dos negros continua grave, não modificando nada no essencial da opressão.

E por quê? Porque a burguesia branca, implantada de fora para dentro no

processo de colonização, continua com o poder econômico, portanto político. Mandela não fez senão servir aos interesses dos capitalistas brancos contra a maioria negra, operária e camponesa, empobrecida e pisoteada. Uma vez que não se derrubou o poder econômico pela via da revolução proletária, a velha ordem escravizadora das massas negras continuou intacta.

O problema do sionismo tem suas particularidades, mas não difere na essência, expressa a opressão nacional exercida pelo Estado de Israel, um enclave imposto pelo imperialismo. Se este enclave não for destruído pela revolução social, protagonizada pelas massas palestinas, os acordos pretensamente pacificadores manterão a opressão e o sionismo.

Poderão tirar declarações contra o sionismo, como racismo antipalestino, propor que a ONU sancione Israel enquanto ocupar o território palestino, mas não passará de palavreado. Por detrás de Israel, estão os Estados Unidos que mandam na ONU. Em seguida, as declarações servirão para as ONGs, organizações que procuram adaptar os trabalhadores, os pobres e oprimidos ao capitalismo, com assistencialismos, fazer campanhas de humanização do sistema de exploração.

A luta contra o racismo é parte da luta pelo fim da opressão nacional e social. Cabe à classe operária tomar a frente para extirpar a fonte de todo tipo de discriminação, ou seja, a sociedade dividida

em classes e o mundo composto por nações opressoras (imperialistas) e oprimidas (semicoloniais).

A Conferência serve aos opressores do povo

O ministro da Justiça, José Gregori, se pronunciou na Conferência dizendo: "o Brasil ainda sofre os efeitos de uma desigualdade que tem suas raízes em seu passado colonial, no abominável capítulo da escravidão e em todas as injustiças perpetradas contra os nativos brasileiros ao longo de vários séculos".

Existe maior safadeza que essa? Os opressores da classe operária e dos camponeses, os vendilhões do país ao imperialismo se mascaram com a condenação do passado colonial e escravocrata que deu origem, de fora para dentro, ao capitalismo no Brasil para acobertar sua feição de esfomeadores da maioria dos brasileiros. A escravidão continua sob a forma moderna do capitalismo e a discriminação racial contra os negros trabalhadores é violenta.

A revolução proletária terá de varrer essa escória burguesa e jogá-la na vala comum dos escravizadores do povo.

A hipocrisia e cinismo do Ministro Gregório dá muito bem a dimensão do que é a Conferência contra o racismo.

Abaixo a farsa burguesa do humanismo escravizador! Destruamos a burguesia canibal vestida de cordeiro!